

## A centralidade da participação popular na gestão da Educação Integral da Sexualidade (EIS) em Cuba

Nayara André Damião\*

Fabrcio Alves Negrão\*\*

### RESUMO:

A Revolução Cubana trouxe consigo uma nova concepção de participação popular e estruturação de políticas públicas, sendo educação e saúde áreas estratégicas. As mulheres organizadas na Federação de Mulheres Cubanas (FMC) se debruçaram sobre suas temáticas de interesse impulsionando o Estado em atender suas necessidades. Dentre elas, a área da educação sexual. O presente artigo busca refletir acerca da importância da participação popular na proposta de trabalho feita por dirigentes do Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX) de Cuba às Assembleias Municipais do Poder Popular<sup>1</sup> para a gestão da educação integral da sexualidade (EIS) no marco do desenvolvimento local comunitário. As reflexões contidas nesse texto partem de uma pesquisa de doutorado com período sanduíche realizado em Cuba entre 2021 e 2022. Nos valeremos, neste artigo, de pesquisa bibliográfica e documental em torno da temática, além de entrevistas em profundidade realizadas com referências na temática. Considera-se que a participação popular é chave para o avanço da EIS, que tem como dificultador, o bloqueio estadunidense, as raízes patriarcais na ilha e os desafios no trabalho intersetorial a partir do território.

**Palavras-chave:** educação sexual; participação popular; movimento de mulheres; Cuba.

\* Doutorado em Serviço Social e Política Social pela Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil. Assistente Social na Prefeitura Municipal de Londrina.  
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0215-1833>  
E-mail: [nayara.damiao@gmail.com](mailto:nayara.damiao@gmail.com)

\*\* Bacharel em Física e Direito pela Universidade Estadual de Londrina, UEL, Brasil.  
ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-2253-2829>  
E-mail: [fnegrao@ymail.com](mailto:fnegrao@ymail.com)

## The centrality of popular participation in management of Comprehensive Sexuality Education<sup>2</sup> (CSE) in Cuba

### ABSTRACT

The Cuban Revolution brought a new concept of popular participation and structure of public policies, with education and health being strategic areas. The women organized in the Federation of Cuban Women (FMC) focused their topics of interest, encouraging the State to meet their needs. Among them, the area of sexual education. This article seeks to reflect on the importance of popular participation in the work proposal made by directors of the National Center for Sexual Education (CENESEX) of Cuba to the Municipal Assemblies of Popular Power for the management of comprehensive sexuality education (CSE) within the framework of development community place. The reflections contained in this text are based on doctoral research with a sandwich period carried out in Cuba between 2021 and 2022. In this article, we will use bibliographic and documentary research around the topic, along with in-depth interviews with key experts in the field. It is considered that popular participation is key to the advancement of EIS, which is hampered by US blockade, the patriarchal roots on the island and challenges in intersectoral work at the territorial level.

**Keywords:** sexual education; popular participation; women's movement; Cuba.

### Introdução

Uma pequena ilha localizada na região do Caribe<sup>3</sup>, Cuba passou por uma Revolução de caráter socialista que teve seu triunfo marcado em janeiro de 1959 e pôs fim à ditadura liderada por Fulgêncio Batista. A revolução cubana trouxe consigo uma nova concepção de participação popular e estruturação de políticas públicas, principalmente nas áreas da educação, saúde e habitação, inaugurando políticas universais e gratuitas a toda a população. Dentre as primeiras e maiores campanhas, está a de alfabetização, que, em pouco tempo, erradicou o analfabetismo no país; e as de saúde, que alcançaram uma ampla vacinação e erradicação de diversas doenças. Além dessas medidas, os revolucionários procederam à reforma agrária<sup>4</sup> e nacionalização e expropriação de empresas.

Se antes da revolução as mulheres eram a maior parte da população analfabeta e a maior das desempregadas, sendo frequentemente restritas ao ambiente doméstico, com poucos direitos, e exploradas sexualmente (Serrano Lourenzo, 2018), esse contexto muda após janeiro de 1959. Elas foram a maior parte da mão de obra empenhada na campanha de alfabetização, se inseriram em programas de educação e preparação para

o trabalho remunerado, além da organização política que permitiu conquistar diversos direitos.

As cubanas participaram em diversas frentes da revolução, desde tarefas de alimentação e mensagens entre os guerrilheiros, até o planejamento e a guerrilha armada (Espín, 2018). Após o triunfo da Revolução, a Federação de Mulheres Cubanas (FMC) foi fundada com objetivo de organizá-las na construção da sociedade almejada, algo fundamental para o direito de decidir na ilha.

Segundo Vilma Espín (2018), a Federação foi criada a partir do anseio das mulheres cubanas em participar da sociedade que se construía a partir da Revolução, articulando e mobilizando desde as bases para tarefas em diversos setores, ao longo de toda a ilha (Cesar, 2004; Serrano Lorenzo, 2018). A FMC reúne cubanas a partir de 14 anos, tendo massiva expressão no país até os dias atuais.

Dentre as políticas sociais instauradas nesses contextos, destacam-se a de educação e a de saúde. Cesar (2004) afirma que os serviços de saúde passaram a ser todos financiados pelo Estado, levando equipamentos e pessoal para o interior do país a fim de propiciar o acesso a todos os cubanos. Houve um forte investimento em formação sólida, científica e humanista de profissionais da área da saúde, além da propulsão à indústria farmacêutica, à ciência e à pesquisa na área. Isso, somado às campanhas de vacinação e de erradicação de doenças levou o país a eliminar enfermidades como tifo, tuberculose e desnutrição.

O médico Álvarez Lajonchere (2013, p. 26) elucida esse período:

Nos três primeiros anos da década de 1960 se haviam construído mais de quarenta pequenos hospitais de cerca de 30 camas, com capacidade para hospitalizar alguns homens, mulheres incluindo as gestantes, e algumas crianças; um pequeno laboratório, serviço de raio X e sala de partos. Se localizaram em áreas tão intrincadas que em vários pequenos hospitais os tubos de raio X foram levados nos ombros. Havíamos preparado condições para poder colocar em cada um desses hospitais recém graduados com alguma experiência em pediatria, obstetrícia, medicina interna e estomatologia com o equipamento indispensável (tradução nossa).

Avaliava-se a necessidade de uma mudança cultural para que a população, até então desassistida em suas necessidades de saúde, passasse a procurar os serviços recém inaugurados, já que, historicamente, o inaccessos os levou a buscarem outras estratégias. A partir dessa percepção, a aposta foi a participação comunitária: Álvarez Lajonchere (2013) afirma que se buscou o apoio das parceiras locais, e estas auxiliaram a aproximação do pessoal de saúde junto à população. Um dos efeitos disso foi que, em pouco tem-

po, observou-se cada vez mais gestantes buscando o atendimento pré-natal, evitando buscar o hospital apenas na hora do parto.

Outro aspecto interessante que demonstra a importância dada pelos cubanos à participação por meio das organizações da massa para o êxito das políticas públicas é o trabalho das brigadistas sanitárias. Formadas e organizadas pela FMC, atuavam no apoio voluntário e comunitário aos programas de saúde propostos pelo governo (Álvarez Lajonchere, 2013; Serrano Lorenzo, 2018). As brigadistas de saúde trabalham como promotoras de saúde, junto às famílias, proporcionando informações e facilitando o acesso aos serviços públicos, se encontram com as mulheres do bairro com objetivo de promover a saúde e, dentre os assuntos abordados, estão sexualidade e reprodução<sup>5</sup>.

A partir da Revolução Cubana, a educação passou a ser locus privilegiado das políticas públicas de forma estratégica. A educação passou a ser gratuita em todos os níveis, com desenvolvimento para sua qualidade e alcance, o que pode ser observado desde o esforço para erradicar o analfabetismo no país com uma grande campanha, que logrou sucesso em aproximadamente um ano.

Intersetorialmente, as políticas de educação e saúde se desenvolviam sob o propósito comum da educação em saúde, algo que foi se construindo a partir da revolução e contando com apoio não apenas dos ministérios de saúde pública e da educação, como também da participação popular por meio das organizações de massa então inauguradas.

A Federação de Mulheres Cubanas (FMC), organização de massas que reuniu e articulou as mulheres cubanas nas transformações sociais iniciadas, já identificava e apontava a necessidade de educação sexual desde então, reconhecendo nisso um dos entraves para a apropriação das mulheres a outros papéis na sociedade ademais do doméstico-familiar. É da FMC que surge o primeiro grupo de trabalho com propósito de pensar a educação sexual, que desdobrou posteriormente no CENESEX (Centro Nacional de Educação Sexual). Nesse contexto, há uma preocupação com a educação sexual no país, o que une esforços do Estado, da FMC e de outras organizações de massa, como por exemplo a união dos jovens comunistas (UJC).

Ao longo de sua história, FMC, CENESEX e outras instituições, como Ministério de Saúde Pública (MINSAP) e Ministério da Educação (MINED) se debruçaram sobre o tema da Educação Sexual, demonstrando uma trajetória de possibilidades e dificuldades. Diante desse contexto, o presente artigo busca refletir acerca da importância da participação popular na proposta de trabalho feita por dirigentes do Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX) de Cuba às Assembleias Municipais do Poder Popular<sup>6</sup> para

a gestão da educação integral da sexualidade (EIS) no marco do desenvolvimento local comunitário. As reflexões contidas nesse texto partem de uma pesquisa de doutorado com período sanduíche realizado em Cuba entre 2021 e 2022. Nos valeremos, neste artigo, de pesquisa bibliográfica e documental em torno da temática, além de entrevistas em profundidade realizadas em Cuba com cinco sujeitos. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética e Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade via Plataforma Brasil. Nos ancoramos no materialismo histórico-dialético para as reflexões que seguem.

### **Breve contextualização acerca da trajetória histórica da educação integral da sexualidade em cuba**

Integrando os trabalhos do Ministério de Saúde Pública (MINSAP), do Ministério da Educação (MINED), da FMC, da União da Juventude Comunista (UJC) e de outros órgãos, a sociedade e o governo passaram a construir ações, e posteriormente políticas, de planejamento reprodutivo e educação sexual para toda a população. Algo que está impresso nos documentos elaborados pelos primeiros congressos do Partido Comunista de Cuba (PCC) e da FMC ao tratar dos direitos sexuais e reprodutivos.

A Federação, antes mesmo de criar um centro de estudos<sup>7</sup>, iniciou um trabalho investigativo e científico acerca da condição das cubanas e de áreas importantes para atuação. O II Congresso da FMC, realizado em 1974, reconheceu a “importância da educação sexual na formação das novas gerações” (Castro Espín, 2015, p. 14, tradução nossa). Segundo Castro Espín (2015), esse processo foi contraditório e paradoxal, uma vez que revolucionou antigas normas e assegurou direitos às mulheres, ao mesmo tempo que posições sexistas perduravam. Declarações homofóbicas e empecilhos no emprego de pessoas homossexuais nas políticas de educação, cultura e meios de comunicação; além de processos discriminatórios nas universidades e nas fileiras do PCC e da UJC são exemplos disso.

Em 1972 surgiu o GNTES, Grupo Nacional de Trabalho de Educação Sexual, que desenvolvia um trabalho interdisciplinar, tendo a FMC como instância norteadora superior. No II Congresso da FMC, ocorrido em 1974, as discussões e elaborações acerca da temática resultaram, dentre outras coisas, na redação de um pedido ao I Congresso do Partido Comunista de Cuba, que aconteceria no ano seguinte:

Para que se estabelecesse o que fosse necessário para a população cubana não somente eliminar a ignorância em matéria de reprodução humana, incluindo o controle sobre a fecundidade e da sexoterapia, senão também se tomar em conta a formação de pessoal docente e materiais didáticos requeridos em todo o país (Álvarez Laionchera, 2013, p. 27, tradução nossa)

Esses esforços resultam na construção de um programa integral de educação sexual que contemplava todos os níveis escolares, adaptando linguagens e temas para cada idade, conforme nos recorda uma entrevistada, especialista em educação para a saúde. O Programa Nacional de Educação Sexual, envolvendo os Ministérios de Saúde Pública e de Educação, a FMC e a União de Jovens Comunistas (UJC) foi proposto nesse contexto.

Datam dessa época as primeiras ações junto à população trans, sendo uma delas a primeira cirurgia de redesignação sexual realizada na ilha em 1988. Tais cirurgias foram suspensas pelo MINSAP após desaprovação por parte da população. Outro resquício patriarcal é observado no Código Penal de 1978, que mantinha o crime de “escândalo público”, no qual se penalizava o assédio sexual perpetrado apenas por homossexuais<sup>8</sup>.

Mariela Castro Espín (2015, p. 17, tradução nossa) avalia que, na época, o enfoque da educação sexual cubana era biologicista, e somente incluía instruções acerca dos órgãos reprodutivos nas disciplinas de biologia do ensino médio, com uma perspectiva “patologizante e enfaticamente biomédico”, centrando suas mensagens “na prevenção da gravidez precoce e das enfermidades de transmissão sexual”. Apesar do significativo avanço no reconhecimento dos direitos sexuais e reprodutivos, bem como no esforço para oferta de serviços de qualidade, a autora reitera a existência de mensagens direta ou indiretamente sexistas, homofóbicas e transfóbicas naquele momento.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, após esses primeiros esforços, a política nacional de educação integral da sexualidade foi sendo aprimorada, e importantes dispositivos foram criados para apoiar esta, dentre outras áreas. Exemplos são a implementação do projeto maternidade e paternidade responsáveis, em 1992, como parte do Programa Nacional de Educação Sexual; a inclusão de Cátedras da Mulher ou de Gênero em todas as universidades e instituições de ensino superior, em 1993; as Casas de Orientação à Mulher e à Família.

Castro Espín (2015) considera que o país seguiu, nos anos 2000, o aprimoramento das estratégias em educação sexual, e o trabalho de “advocacy” e incidência política contribuíram para superar o enfoque biomédico, estigmatizante e patologizador que havia predominado até então, substituindo-o por uma perspectiva social e de direitos humanos. A produção de guias acerca da saúde sexual e reprodutiva e planejamento familiar, bem como a intensificação da interlocução entre Ministério de Saúde Pública e Ministério da Educação fazem parte desse contexto.

No esforço para eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, o governo cubano lança, em 2021, o “Programa Nacional de Adelanto de la Mujer” (Programa Nacional para Avanço da Mulher, em nossa tradução), resultado de contribuições impor-

tantes da FMC, centros de estudos, pesquisadores e especialistas, bem como consulta junto à população. No que se refere ao eixo de saúde sexual e reprodutiva, há indicação de capacitação para profissionais atuantes no programa de maternidade e paternidade responsáveis; reforço da educação sexual enfatizando o respeito às diferenças, mirando a igualdade de gênero e buscando reduzir os índices de relação sexual precoce, gravidez na adolescência e aborto; fortalecimento dos serviços de saúde sexual e reprodutiva, incluindo os de reprodução humana assistida e de procedimentos para população trans; estímulo às condições objetivas e subjetivas que proporcionem o aumento das taxas de fecundidade; asseguramento às mulheres o direito de decidir etc.

Outro importante marco é a reformulação do Código das Famílias, processo que teve estopim com a aprovação do novo texto em setembro de 2022. O Código das Famílias foi a referendo popular no dia 25 de setembro de 2022, após construção por especialistas e com intensa participação da população mediante debates e consultas, nas quais também se poderiam propor mudanças, adições, supressões. Na ocasião, o texto final foi aprovado por mais de dois terços dos votantes cubanos. O Código reconhece os diferentes tipos e arranjos familiares, estabelecendo às pessoas e casais homoafetivos o direito ao casamento, à adoção e à gestação solidária, além de mencionar os direitos sexuais e reprodutivos, e a corresponsabilidade no cuidado com filhos e outros membros da família, buscando eliminar a histórica desigualdade entre homens e mulheres nas relações familiares.

O artigo quarto, sobre os direitos das pessoas no âmbito familiar, em sua alínea f, dispõe sobre o desenvolvimento pleno dos direitos sexuais e reprodutivos independente do sexo, gênero, orientação sexual e identidade de gênero, deficiência ou outra circunstância pessoal. Em seguida, fala da proteção à maternidade e paternidade responsáveis.

O Centro Nacional de Educação Sexual (CENESEX) avalia que, mesmo com os nítidos avanços, Cuba ainda demonstra problemas com relação aos direitos sexuais e reprodutivos (Castro Espín, 2015). Tais como: a persistência de tradições culturais que atribuem às mulheres maior responsabilidade no cuidado com os filhos, bem como limitam sua participação em diversos âmbitos sociais; a iniciação sexual prematura, sem suficiente sentido de responsabilidade; a utilização inadequada de métodos contraceptivos, apesar de sua cobertura universal; insuficiente preparação para desempenho de paternidade e maternidade responsáveis; taxa elevada de gravidez na adolescência etc. Os obstáculos identificados pelo Centro também envolvem a formação de pessoal capacitado nos temas da sexualidade e a quantidade baixa de trabalhadores para o desenvolvimento dos programas correlatos.

Castro Espín (2015, p. 13, tradução nossa), diretora do CENESEX, afirma que a sociedade cubana atualmente é um cenário “de contradições entre os modelos de dominação, historicamente herdados dos sistemas colonial e neocolonial, e seu projeto revolucionário emancipador”. Portanto, ainda que materialize importantes e profundas transformações e avanços em diversos aspectos, expressa a persistência de “processos de reprodução de desigualdades”, diante dos quais se alçam os desafios para a sociedade cubana.

### **A centralidade da participação popular na proposta do CENESEX às assembleias do poder popular**

O Grupo de Trabalho do Programa Nacional de Educação e Saúde Sexual (PRONESS)<sup>9</sup> avaliou num diagnóstico as “insuficiências” persistentes na educação, saúde e direitos sexuais das/os cubanas/os. Identificaram a insistente responsabilização das mulheres pela educação dos filhos; a permanência de padrões culturais que limitam e contrapõem a participação de homens e mulheres em diferentes âmbitos da sociedade; a iniciação precoce das relações sexuais, sem suficiente noção de responsabilidade; utilização inadequada de métodos contraceptivos, ainda que a cobertura seja universal; insuficiente preparação para maternidade e paternidade responsáveis; crescente taxa de fecundidade entre adolescentes; dificuldades na educação de valores relativos à sexualidade; insuficiente preparação e quantidade de trabalhadores para educação e saúde sexual; persistente transmissão de ISTs principalmente entre jovens; insuficientes mecanismos de integração de pessoas discriminadas pela orientação sexual ou identidade de gênero.

Diante de tais desafios, em 2015, dirigentes do CENESEX propuseram um sistema de trabalho às assembleias municipais do poder popular para a gestão da educação integral da sexualidade (EIS) no marco do desenvolvimento local comunitário. O objetivo da proposta é oferecer elementos de análise que facilitem aos profissionais da educação da sexualidade, dirigentes do governo e outros a potencializar a consciência crítica e elaboração e implementação dos projetos profissionais que reflitam na elevação da EIS como via de contribuição a dignidade e emancipação humanas.

Considerando o tema transversal, a proposta contém oito etapas, cada uma com objetivos e “produtos”, envolvendo os atores necessários e a metodologia sugerida. Em primeiro lugar, sugerem sensibilizar os dirigentes governamentais acerca da importância da EIS para o desenvolvimento local-comunitário. A segunda etapa consiste na organização de espaços formativos acerca da EIS. Em seguida, um pré-diagnóstico participativo do local, observando a EIS no desenvolvimento local-comunitário, com base em indica-

dores do Programa Nacional de Educação e Saúde Sexual. Em quarto, a análise desses resultados na caracterização do município, por meio de grupos de reflexão. A quinta etapa envolve a incorporação da EIS na proposta de estratégia de desenvolvimento local-comunitário, resultando em um Programa Municipal de Educação e Saúde Sexual. Após isso, indicam a análise e aprovação desse programa, seguidas de uma avaliação dele, incluindo a apropriação coletiva dos resultados, a melhoria dos procedimentos etc. Por fim, sugerem a sistematização não só do plano, mas do processo que levou a ele e as experiências a partir da proposta. Em todas as etapas, destaca-se a importância da participação popular para lograr os objetivos propostos. Há o desenho de estratégias para isso na própria proposta. Abaixo, detalharemos cada etapa.

A primeira etapa consiste em realizar o “intercâmbio inicial com a direção do governo municipal e outros sujeitos do desenvolvimento local-comunitário” (Rivero Pino, 2015, p. 39, tradução nossa), em encontros provocados pela direção da Assembleia Municipal. Os objetivos dessa etapa são sensibilizar os dirigentes do governo da necessidade de a Assembleia ter uma estratégia de desenvolvimento que integre a EIS; identificar a percepção inicial da direção municipal sobre as potencialidades, prioridades e os cenários do Município e como a EIS pode ajudar; formular os problemas para a implantação da EIS; e estabelecer os compromissos de colaboração entre as partes. Assim, a Assembleia Municipal constituiu uma equipe de trabalho que apresenta a Prospectiva e Estratégia de Desenvolvimento que inclui a EIS. O resultado são informações sobre o estado inicial da EIS na localidade e o plano operativo de trabalho.

O segundo passo é a “capacitação do sujeito de desenvolvimento local-comunitário” através de “espaços de formação de recursos humanos em EIS” (Rivero Pino, 2015, p. 40, tradução nossa). Partindo dos compromissos firmados, se formam grupos de reflexão, envolvendo os Conselhos de Assesores da Assembleia Municipal e os presidentes dos Conselhos Populares, que se dedicam a oferecer informações sobre o desenvolvimento local-comunitário e a EIS – em articulação com o PRONESS – e sobre o papel do governo; a escutar e refletir sobre os critérios utilizados pelos participantes; e a potencializar a necessidade de cooperação entre as partes envolvidas. Essa etapa tem como produto a conscientização das pessoas que formam o grupo municipal – e os outros atores participantes – da importância do EIS para o desenvolvimento.

O terceiro é a caracterização do município em relação à EIS. Acessando os elementos essenciais que caracterizam o território e a situação da EIS nele, com a aplicação de métodos e técnicas como análise de documentos, observações e entrevistas, individuais e coletivas, sendo de grande valia os mecanismos de monitoramento e avaliação do

PRONESS. Esta etapa objetiva fazer com que haja “participação de governantes e da cidadania na formulação deste prognóstico e que o mesmo contenha de maneira integrada os problemas da EIS de cada um dos cenários em que se realizou a caracterização” (Rivero Pino, 2015, p. 42, tradução nossa). Resulta na “caracterização da situação da EIS na localidade considerando o sistema de indicadores do PRONESS (matriz pré-diagnóstica sobre EIS)” (Rivero Pino, 2015, p. 42, tradução nossa). Com a situação do EIS na caracterização do território, o grupo de trabalho municipal compartilha estes resultados com a Direção da Assembleia Municipal do Poder Popular e com os Conselhos Populares, que farão a análise em conjunto com o grupo da matriz pré-diagnóstica.

Após isso, incorpora-se a EIS na proposta de Estratégia de Desenvolvimento Local-Comunitário do Município. A nível dos Conselho populares as propostas se submeterão à avaliação dos cidadãos, de maneira que “aprovem e se impliquem na concretização das propostas” (Rivero Pino, 2015, p. 43, tradução nossa). A partir dessa aprovação a matriz pré-diagnóstica de EIS estará realmente formada, identificando os problemas, os problemas com prioridade, as possíveis causas, a possíveis soluções, responsáveis e participantes das ações, recursos necessários e data para cumprimento das ações (Rivero Pino, 2015, p. 44, tradução nossa). Durante esta etapa, os grupos que são constituídos em acordo com as problemáticas/mal-estares identificados, coordenados ou facilitados por especialistas nesses temas, devem ir elaborando seus projetos grupais-comunitários em relação com os problemas/mal-estares analisados (Rivero Pino, 2015, p. 44, tradução nossa). Já no nível Municipal, há a atualização constante da matriz pré-diagnóstica do Município, o qual é o principal fornecedor de dados para a formulação do Programa Municipal de Educação e Saúde Sexual.

Seguindo, temos a análise e aprovação do Programa Municipal de Educação e Saúde Sexual pela Assembleia Municipal do Poder Popular. É com a comunicação do resultado acordado à comunidade que o Programa se legitima.

Depois, deve ser feita a avaliação do Programa, segundo as propostas de monitoramento e avaliação do PRONESS, a fim de constatar se os sujeitos se apropriaram do aprendizado, em função: da apropriação coletiva dos resultados; do aperfeiçoamento dos procedimentos; do impacto transformador do Programa; da incorporação pela comunidade; da valoração da articulação entre ciências sociais, humanísticas e políticas; da correspondência entre as propostas e as necessidades; e do melhoramento dos métodos e técnicas de avaliação (Rivero Pino, 2015, p. 46, tradução nossa).

Por fim, se faz necessária a sistematização, que consiste em uma teorização sobre a experiência, com uma análise crítica profunda, com objetivo fundamental de

“submeter à prova no tempo e aperfeiçoar tanto a metodologia como os referenciais teóricos trabalhados, com o fim de buscar a eficácia do trabalho” (Rivero Pino, 2015, p. 47, tradução nossa). Assim, deverá ser feita a sistematização do desenho e execução do Programa Municipal de Educação e Saúde Sexual; da eficácia e da utilização dos mecanismos de trabalho; do papel da coordenação; dos resultados práticos obtidos; do processo vivido pelos grupos de coordenadores e necessitados; da experiência de outros companheiros; e das falhas, avanços e limitações (Rivero Pino, 2015, p. 47, tradução nossa).

Ao longo das oito etapas, é latente a centralidade da participação popular com vistas à consecução da EIS. Desde o diagnóstico participativo, até a análise dos resultados, diversas estratégias são traçadas para que, com a participação da comunidade, os objetivos da proposta sejam alcançados.

### **Educação integral da sexualidade em Cuba: avanços e desafios**

O Programa Nacional de Educação Sexual existe desde os anos 1970, e vem sendo monitorado, avaliado, revisto e atualizado. Conforme o depoimento da responsável pelo setor de educação para a saúde, do Ministério da Educação de Cuba:

[o programa tem] enfoque de gênero e inclui os direitos sexuais e reprodutivos. Programa que está vigente desde os anos 1970. Se iniciou com incorporação paulatina de alguns temas associados à sexualidade em algumas disciplinas, sobretudo nas ciências naturais. O resultado da prática, da evolução da sociedade, [...] a contribuição de outros países, com o resultado científico das estratégias do próprio programa e investigadores, somos um sistema de educação que constantemente estamos melhorando, então cada mais os conteúdos foram se enriquecendo. Em 1999 se elaborou o programa diretor para de produção em educação para a saúde [...], nele se define os eixos temáticos, dos quais faz parte a educação sexual, se determinando os conteúdos que se abordam, e, conseqüentemente, devem entrar para os currículos. [...] Em 2011 se elabora como programa, que se torna uma resolução ministerial 139/2011. [...] programa que se aplica a todos os níveis educativos, desde a primeira infância até a formação docente (Entrevistada Cubana 02).

É interessante notar que, assim como nas avaliações do Cenosex (Castro Espín, 2015; Rivero Pino, 2015), a entrevistada reitera que a concepção de educação integral da sexualidade em Cuba inclui conteúdos não apenas sobre o corpo, métodos contraceptivos, preservativos, ISTs de forma biologizante. Diferente de uma concepção restrita e conservadora, abordam também as relações assimétricas, desiguais, a construção social dos papéis sexuais, a imposição sexual, o planejamento reprodutivo, etc.

Segundo a especialista, o país investe na preparação para os estudantes e para os professores, sendo que a temática da educação integral para a sexualidade está presente no currículo para os educadores, para que saibam como abordar tais assuntos com diferentes faixas etárias, públicos, sob diversos meios e instrumentos. Esforço que inclui não apenas aqueles educadores que ainda estão em formação, mas também com aqueles que já estão exercendo o trabalho de docentes. Uma referência desse esforço é a Cátedra de Gênero, Sexologia e Educação Sexual, da Universidade de Ciências Pedagógicas Enrique José Varona, na província de Havana.

Outro entrevistado, que trabalhou diretamente na formação de quadros para a educação sexual na ilha afirma que foi elaborado programas curriculares de educação sexual, desde o período pré-escolar, de como iam inserir o tema em todos os níveis escolas e disciplinas, não se atendo apenas a disciplinas específicas como biologia. O que inclui a discussão sobre os papéis resignados as mulheres e os homens, onde há ênfase a partir da compreensão de que “é muito difícil apagar do imaginário social, e individual [esses aspectos]” (Entrevistado Cubano 01).

Os desafios identificados a partir da pesquisa realizada, no que se refere à educação sexual em Cuba, se enquadram em três aspectos: o bloqueio estadunidense, as raízes patriarcais e as dificuldades na gestão intersetorial das políticas sociais.

No que se refere ao primeiro, trata-se de um bloqueio comercial, econômico e financeiro extraterritorial. O bloqueio não se restringe às relações dos EUA com Cuba, mas também visam isolar a ilha de parceiros econômicos, financeiros e comerciais ao imputar sanções àqueles firmarem parceria. Alguns exemplos são relatados pela mídia cubana, como o bloqueio, por um banco holandês, de doações para apoio a vacina cubana; a multa praticada pelo governo estadunidense contra a plataforma Airbnb por aceitar hóspedes em Cuba; etc.

Em junho de 2022, a Vice-ministra de Comércio Exterior e Investimento Estrangeiro, Déborah Rivas, se pronunciou na XII Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC) afirmando que as medidas adotadas pelos estadunidenses contra Cuba violam os princípios e normas do comércio exterior, constituindo maior entrave para as relações comerciais da ilha com o mundo. De acordo com a Vice-ministra, nesses mais de 60 anos, já significaram a perda de 150.410 milhões de dólares para Cuba. Situação que ficou ainda pior no período de pandemia, que causou prejuízo de 923 milhões de dólares à Cuba entre janeiro e julho de 2021 (Viceministra [...], 2022).

Tática do imperialismo, o bloqueio foi iniciado logo após o triunfo revolucionário e ainda está vigente. Inclusive, tem sido intensificado sob as últimas administrações fe-

derais estadunidenses<sup>10</sup>, impondo precarização da vida a toda população cubana como forma de chantagem. No que se refere ao escopo desse artigo, se constitui um desafio direto para a educação integral da sexualidade ao dificultar, quando não impedir, a compra de insumos como contraceptivos, preservativos e outros.

Em relação às observadas raízes patriarcais, a Pesquisa Nacional sobre Igualdade de Gênero (ENIG- 2015) realizada na ilha em 2015 demonstra diversos aspectos, que destacamos a seguir. Em primeiro lugar, sobre a opinião da população de 15 a 74 anos acerca dos direitos das pessoas homossexuais. Em relação à igualdade de direitos, 77% estão em acordo e 12,9% em desacordo. O preconceito, já presente nesse ponto, é acentuado nas próximas questões. Dos respondentes, 49,1% concordam que os casais do mesmo sexo, sejam homens ou mulheres, devem poder se casar, com 32,5% de desacordo nesse ponto.

Esse ponto remete ao persistente preconceito contra a população LGBTQI+, algo que fica ainda mais evidente quando em relação à adoção de crianças. Quando perguntados sobre casais formados por homens, somente 31% dos cubanos participantes consideram que eles devem ter o direito de adotar crianças e 49,8% deles consideram que não. Sobre os casais de mulheres, essa rejeição cai ligeiramente: 34,6% consideram que casais de lésbicas devem poder adotar crianças, em oposição aos 46,4%.

Outro aspecto: 33,7% dos respondentes homens e 34,1% das participantes mulheres concordam que “os homens não podem controlar seus desejos sexuais”. Quando questionados se as “mulheres sempre devem satisfazer sexualmente seu parceiro”, 48% dos homens estiveram de acordo, contra 38,3% das mulheres concordantes. Perguntados se “uma mulher pode sentir-se bem como mulher ainda que não tenha tido filhos”, 60,7% dos homens e 62,4% das mulheres concordaram.

Esses dados mostram como ainda há muito o que se fazer no que se refere à educação sexual e a autonomia das mulheres sobre o próprio corpo. Segundo a ENIG-2016, ainda que a maioria das pessoas não concorde que o desejo dos homens seja incontrolável e que as mulheres devem satisfazê-los sexualmente, “perduram alguns estereótipos e mitos da sexualidade em uma parte da população” (FMC, 2018, p. 11, tradução nossa).

Isso mostra uma concepção patriarcal de sexualidade: por um lado, uma pretensa sexualidade incontrolável do homem, e, por outro, a servidão feminina. Tanto o primeiro como o segundo são falácias decorrentes das estruturas sociais que colocam as mulheres sob o domínio dos homens. Guillaumin (2014) demonstra que a obrigação sexual faz parte dos mecanismos de apropriação das mulheres, em conjunto com a apropriação do

tempo, dos produtos do corpo e do trabalho de cuidados (com idosos, enfermos, crianças e válidos do sexo masculino).

Aspectos que foram sendo incorporados nas pautas da FMC, pesquisas e ações do CENESEX, além dos organismos dos governo<sup>11</sup>. O que pode ser vislumbrado no Programa Nacional de Educação Sexual, no Código das Famílias, além de outros documentos, como o Plano de Avanço da Mulher<sup>12</sup>.

Em relação aos desafios afetos à intersectorialidade, a especialista entrevista nos dá algumas pistas. Para ela, há diferenças territoriais que precisam ser levadas em consideração na atuação intersectorial de forma a consolidar a educação integral da sexualidade. Por exemplo, há dados que apontam que o casamento infantil (ainda que informal) segue presente em determinadas localidades rurais da ilha, o que requer mediações para compreendê-lo e enfrentá-lo. De acordo com a entrevistada, a chave está na compreensão e atuação a partir do território, incluindo a participação das comunidades e organizações de massa.

No período na ilha entrevistamos também o responsável pelo setor de saúde materno-infantil no Ministério de Saúde Pública (MINSAP), que editou diversos materiais acerca de direitos sexuais e reprodutivos. Segundo ele, e conforme os dados que pudemos vislumbrar em diversas obras, como a de Benítez Pérez (2014), os maiores grupos de risco para gravidez não planejada e/ou não desejada, bem como para a ocorrência por infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) são os adolescentes.

O entrevistado trouxe a informação de que as primeiras relações sexuais em Cuba por parte das jovens, acontece com homens em média cinco anos mais velhos. O que preocupa no sentido de compreender se ainda há estereótipos e pressões ligadas às raízes patriarcais da ilha. Além disso, a antiga legislação cubana estabelecia idades mínimas diferentes para o casamento para meninos e meninas: para elas, o casamento era permitido mais precocemente, revelando a marca de gênero do casamento infantil. Segundo ele, a compreensão da desigualdade levou a mudança da legislação materializada no novo Código das Famílias, que proíbe o casamento infantil e estabelece 18 anos, para qualquer pessoa, nesse tipo de união.

Nesse sentido, o especialista destacou uma conduta proposta pelo MINSAP na formação de adolescentes como promotores de saúde, que atuam em seus bairros, escolas e outros espaços, dialogando com seus pares e estimulando reflexões sobre temas da educação sexual. O que inclui desde aspectos de saúde, mas também direitos sexuais e reprodutivos, as desigualdades e assimetrias de poder nas relações, etc. Nas palavras dele, tal formação tem enfoque de gênero, de forma a contribuir “para que as mulheres

possam empoderar-se e recusar tentativas de homens de não usar proteção” (Entrevistado Cubano 03), de impor seu desejo quanto a ter ou não filhos, quanto às práticas sexuais.

Tanto para o desafio das raízes patriarcais quanto da intersectorialidade das políticas públicas, nos parece central, conforme assumido pelos cubanos, a participação popular.

Nesse sentido, a proposta do CENESEX às Assembleias Municipais do Poder Popular, fundada numa concepção de participação popular, desde suas bases, em todas as fases de diagnóstico, planejamento, execução, monitoramento e avaliação, responde aos imensos desafios vislumbrados. A partir dessa proposta, pode-se concretizar planos a partir das necessidades da população local, envolvendo órgãos de governo, a população, suas organizações de massa. Além disso, a participação tem sido chave para organizações como a FMC na luta contra as raízes patriarcais da ilha, algo que inclui também aspectos da educação para a saúde e educação integral da sexualidade. Parafraseando uma entrevistada, membra FMC e diretora do Centro de Estudos da Mulher, uma vantagem da ilha é o “trabalho entre os vizinhos”, o que dá pistas sobre a centralidade do lócus comunitário e da participação popular em Cuba.

## Considerações finais

A história da Educação Integral da Sexualidade em Cuba demonstra diversos avanços e desafios, conforme buscamos expressar brevemente ao longo deste artigo. É evidente o compromisso cubano com melhoria da educação sexual e seus indicadores, ainda que haja grandes desafios para sua integralidade. Dentre os aspectos que possibilitaram as conquistas, estão a organização de um sistema completamente público e universal de saúde, acessível e próximo à toda população. Isso porque, ao considerar a saúde como direito da população na ótica do cuidado, o Estado cubano possibilita o acesso à saúde sexual e reprodutiva cubanos e cubanas de toda a ilha, independente de renda ou localidade de residência. Da mesma forma, a aposta num sistema de educação totalmente público e universal, desde a primeira infância até a pós-graduação, e a inclusão da educação para a saúde em todos esses níveis, possibilitou o debate junto continuado a toda população, como política pública.

A atuação de instituições como a FMC, que tem composição da maior parte das cubanas a partir de 14 anos, possibilitou que tanto os diagnósticos realizados quanto as propostas feitas pudessem ir de encontro aos anseios e necessidades da população. A Federação, enquanto organização de massas, identificou desde a Revolução a educação

sexual como central para a participação plena e paritária das mulheres, algo que buscou imprimir nas políticas implementadas ao longo das décadas. Assim, a participação popular, de diversas formas, está presente na EIS.

Ainda com tais avanços, pudemos perceber com o diagnóstico do PRONESS as persistentes dificuldades para a EIS. Algo que tem a ver, em grande medida, com as raízes patriarcais da ilha<sup>13</sup>. A Pesquisa Nacional sobre Igualdade de Gênero (ENIG- 2015) realizada na ilha em 2015 demonstra diversos aspectos, conforme vimos anteriormente.

Ao longo desse artigo podemos perceber a importância do reconhecimento da EIS como parte do desenvolvimento local-comunitário, o que a coloca estratégica e transversalmente em todo planejamento local, assim como a Participação popular como chave nos processos, incluindo para a EIS. Diante de tantas dificuldades, nos parece que a participação população vem sendo a chave para a incorporação da EIS na ilha.

## Referências

ÁLVAREZ LAJONCHERE, C. Educación sexual en cuba: Reseña histórica. *Revista Sexología y Sociedad*, La Habana, v. 2, n. 7, 2013. Disponível em: <https://revsexologiaysociedad.sld.cu/index.php/sexologiaysociedad/article/view/117/161>. Acesso em: 14 fev. 2022.

BENÍTEZ PÉREZ, M. E. La trayectoria del aborto seguro en Cuba: evitar mejor que abortar. *Revista Novedades en Población*, La Habana, v. 10, n. 20, p. 87-104, 2014.

CASTRO ESPÍN, M. La educación integral de la sexualidad en el contexto histórico-político de la Revolución Cubana: contradicciones y avances. In: GARCÍA, R. (ed.). *Educación integral de la sexualidade: enfoques y propuestas*. La Habana: CENESEX, 2015. p. 15-24.

CESAR, M. A. *A mulher e a política social em Cuba: o contraponto socialista ao bem-estar capitalista*. Brasília: Edições Alva, 2004.

CUBA. Ministerio de la Justicia. Ley 156/2022. Código de las Familias. *Gaceta Oficial n. 87*, año CXX, La Habana, 17 ago. 2022. Disponível em: <https://www.tsp.gob.cu/gaceta-oficial-no-87-ordinaria-de-2022-ley-1562022-codigo-de-las-familias-0>. Acesso em: 26 set. 2022.

CUBA. Ministerio de Salud Pública. *Guía de actuación para los servicios de planificación familiar*. La Habana: Editorial Ciencias Médicas, 2018.

CUBA. Ministerio de Salud Pública. *Manual para la atención a la salud sexual y reproductiva en la adolescencia*. La Habana: Editorial Ciencias Médicas, 2019.

DAMIAO, N. A. *Entre o direito de decidir e a proibição: o aborto no Brasil e em Cuba*. 2023. Tese (Doutorado em Serviço Social e Política Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2023.

DAMIÃO, Nayara André. Cuba e o direito de decidir: da legalização do aborto aos desafios atuais. *Serviço Social em Revista*, [S. l.], v. 27, n. 1, p. 175–194, 2024. DOI: 10.5433/1679-4842.2024v27n1p175. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/48785>. Acesso em: 6 mar. 2026.

ESPÍN, V. Las mujeres empezaron a plantear sus inquietudes. In: GONZÁLEZ, M. C. (org.). *Vilma Espín*. La Habana: Ocean Sur, 2018. p. 35-44.

FMC - FEDERACIÓN DE MUJERES CUBANAS. Centro de Estudios de la Mujer. Centro de Estudios de Población y Desarrollo de la Oficina Nacional de Estadísticas e Información. *Mirando las relaciones de género en Cuba*. La Habana: CEM-FMC: CEPDE-ONEI, 2018.

GUILLAUMIN, C. Prática do poder e ideia de natureza. In: FERREIRA, V.; ÁVILA, M. B.; FALQUET, J.; ABREU, M. (org.). *O patriarcado desvendado: teoria de três feministas materialistas*. Recife: SOS Corpo, 2014.

RIVERO PINO, R. Propuesta de sistema de trabajo de las Asambleas Municipales del Poder Popular para la Gestión de la educación de la sexualidad en el marco del desarrollo local-comunitario. In: CASTRO ESPÍN, M.; RIVERO PINO, R. *Responsabilidad gubernamental y educación integral de la sexualidad en Cuba*. La Habana: Editorial CENESEX, 2015.

SERRANO LORENZO, Y. C. La Federación de Mujeres Cubanas y su labor con las familias. *Trabajo Social*, Bogotá, v. 20, n. 2, p. 55-75, 2018.

VICEMINISTRA del Mincex denuncia bloqueo económico en duodécima Conferencia Ministerial de la Organización Mundial del Comercio. *CubaDebate*, La Habana, 13 jun. 2022. Disponível em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2022/06/13/viceministra-del-mincex-denuncia-bloqueo-economico-en-duodecima-conferencia-ministerial-de-la-organizacion-mundial-del-comercio/>. Acesso em: 26 set. 2022.

## Notas

- <sup>1</sup> As Assembleias Municipais do Poder Popular reúnem deputados eleitos pela população a nível municipal.
- <sup>2</sup> Tradução feita conforme os manuais da Unesco, que traduzem o termo “educación integral de la sexualidad” espanhol para o inglês “comprehensive sexuality education”.
- <sup>3</sup> Cuba tem extensão territorial de 109.884 quilômetros quadrados e população de aproximadamente 10,89 milhões de pessoas. Em termos de comparação, o estado do Paraná, no Brasil, possui mais de 11 milhões de habitantes, e extensão territorial de 199.315 km<sup>2</sup>.
- <sup>4</sup> A reforma agrária cubana expropriou, mediante indenização, os latifúndios existentes no país.
- <sup>5</sup> Durante a pandemia, tiveram papel essencial para o cuidado em saúde, auxiliando os profissionais da área na identificação dos casos, na organização de logísticas junto às famílias, e no reforço à campanha por vacinação.
- <sup>6</sup> As Assembleias Municipais do Poder Popular reúnem deputados eleitos pela população a nível municipal.
- <sup>7</sup> Centro de Estudos da Mulher, criado em 1997, pela FMC.
- <sup>8</sup> Situação que muda em 1997, quando se elimina o delito de escândalo público e o substituiu pelo crime de “ultraje sexual”, abrangendo qualquer requerimento sexual, sem relevância de orientação sexual ou identidade de gênero (Castro Espín, 2015).
- <sup>9</sup> O Programa foi idealizado pela FMC, sendo atualmente coordenado pelo CENESEX.
- <sup>10</sup> Conforme visto no primeiro governo de Trump, governo Biden e atualmente ainda mais intensificado no segundo mandato de Trump. Interessante notar que essa estratégia como forma de impor seus interesses tem sido utilizada inclusive atualmente contra o Brasil, por meio de tarifas para produtos brasileiros e a aplicação da lei Magnitsky ao brasileiro Alexandre de Moraes, Ministro do Supremo Tribunal Federal.
- <sup>11</sup> Para maior aprofundamento, ver DAMIÃO, Nayara André, 2023 e 2024.
- <sup>12</sup> O texto completo do Programa pode ser lido aqui: [https://oig.cepal.org/sites/default/files/2021\\_dp198\\_cub.pdf](https://oig.cepal.org/sites/default/files/2021_dp198_cub.pdf).
- <sup>13</sup> Além disso, é latente os empecilhos trazidos pelo bloqueio imposto pelos EUA à ilha, que, dentre outros pontos, dificulta a distribuição contínua de preservativos anticoncepcionais à população cubana. Para maior aprofundamento, ler AUTORA, 2023.

Recebido em: 06 de agosto de 2025

Aprovado em: 15 de dezembro de 2025